



## ATA da 314ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Condir do dia 14/12/2016

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às onze horas e trinta minutos, em sua sede na Avenida Venezuela, cento e dez, segundo andar, na sala de reuniões da presidência do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), na cidade do Rio de Janeiro, realizou-se a trecentésima décima quarta Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Conselho Diretor do INEA (CONDIR), instituída pelo Decreto Estadual nº 41.628, de doze de janeiro de dois mil e nove. Na Reunião, estavam presentes os Senhores Conselheiros: Marcus de Almeida Lima, Presidente; Jose Maria de Mesquita Junior, Vice-Presidente; Lincoln Nunes Murcia, Diretor de Administração e Finanças (DIAFI); Paulo Schiavo Junior, Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP); Mariana Palagano Ramalho Silva, Diretora de Licenciamento Ambiental (DILAM); Fátima de Freitas Lopes Soares, Assessora, representante da Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental (DISEQ). Os demais constam na lista de presença. **I. Abertura:** Abrindo os trabalhos, o Presidente cumprimentou a todos e deu início à reunião. **II. E-07/002.13500/16 – Valinho Transportes Ltda.. Requerimento:** Ratificar a medida cautelar de embargo de atividade de terraplanagem em Área de Preservação Permanente do Rio Piabanha. **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica da Superintendência Regional do Piabanha (SUPPIB), o Conselho Diretor ratificou a medida cautelar de embargo da atividade de terraplanagem. O Conselho Diretor determinou o encaminhamento dos presentes autos à Assessoria Técnica de Apoio à Governança Ambiental Municipal para oficiar o Município quanto à ratificação da medida cautelar e encaminhamento dos principais documentos ao Ministério Público do Estado, de modo a comunicá-lo dos fatos e da competência municipal para o licenciamento e fiscalização da referida atividade. **III. E-07/002.12858/16 – Wellington Vinicius Arcanjo.** Processo retirado de pauta a pedido do Vice-Presidente. **IV. E-**

**07/201.781/1999 – MHS Mecânica Hidráulica e Sistema S.A..** Requerimento: Deliberar quanto à impugnação ao Auto de Infração COGEFISEAI/00145430 (penalidade: suspensão total das atividades). Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da Coordenadoria Geral de Fiscalização (COGEFIS), o Conselho Diretor indeferiu a impugnação apresentada, mantendo a suspensão da atividade.

**V. E-07/002.13169/16 – Lenildo André da Silva.** Requerimento: Ratificar a medida cautelar de embargo de obra. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da COGEFIS, o Conselho Diretor ratificou a medida cautelar de embargo. Os Conselheiros determinaram o encaminhamento dos presentes autos à Assessoria Técnica de Apoio à Governança Ambiental Municipal para oficiar o Município quanto à ratificação da medida cautelar e encaminhamento dos principais documentos ao Ministério Público do Estado, de modo a comunicá-lo dos fatos e da competência municipal para o licenciamento e fiscalização da referida atividade.

**VI. E-07/002.5621/16 – Tonus Informática Ltda..** Requerimento: Deliberar quanto à proposta da área técnica de suspensão total das atividades. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da COGEFIS, o Conselho Diretor decidiu ratificar os procedimentos de fiscalização, visando à suspensão da atividade.

**VII. E-07/301.720/08 – José Elias Pimenta.** Requerimento: Deliberar quanto ao recurso. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da COGEFIS, o Conselho Diretor indeferiu o recurso.

**VIII. E-07/002.13839/16 – Sebastião Carlos de Moura.** Requerimento: Ratificar a medida cautelar de suspensão total das atividades. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da COGEFIS, o Conselho Diretor ratificou a medida cautelar de suspensão total das atividades. Os Conselheiros determinaram o encaminhamento dos presentes autos à Assessoria Técnica de Apoio à Governança Ambiental Municipal para oficiar o Município quanto à ratificação da medida cautelar e encaminhamento dos principais documentos ao Ministério Público do Estado, de modo a comunicá-lo dos fatos e da competência municipal para o licenciamento e fiscalização da referida atividade.

**IX. E-07/002.11085/16 – Lansa Ferro e Aço Ltda..** Requerimento: Deliberar quanto à proposta da área técnica de embargo de corte de talude e movimentação mineral (saibro) sem a devida autorização, na APA Guandu. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da DIBAP, o Conselho Diretor decidiu ratificar os procedimentos de fiscalização, visando ao embargo de corte de talude e movimentação mineral (saibro).

**X. E-07/002.10543/15 - Jeane Moraes Jatobá.** Processo retirado de pauta a pedido do Diretor da DIBAP.

**XI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente

agradeceu a participação de todos. Em seguida, lavrou a presente ata que vai assinada por ele e por todos os Conselheiros do Instituto Estadual do Ambiente presentes nesta data.

---

MARCUS DE ALMEIDA LIMA  
Presidente  
Id. f. 4464539-2

---

JOSE MARIA DE MESQUITA JUNIOR  
Vice-Presidente  
Id. f. 2148115-6

---

LINCOLN NUNES MURCIA  
Diretor de Administração e Finanças  
Id. f. 2145804-9

---

PAULO SCHIAVO JUNIOR  
Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas  
Id. f. 2046253-0

---

MARIANA PALAGANO RAMALHO SILVA  
Diretora de Licenciamento Ambiental  
Id. f. 4347983-9

---

FÁTIMA DE FREITAS LOPES SOARES  
Representante da Diretoria de Segurança Hídrica e  
Qualidade Ambiental - Id. f. 2151173-0